

Paraguai:

Política Exterior em Dois Tempos, Lugo e Franco

Camila Cristina Ribeiro Luís

José Augusto Zague

Guilherme Paul Berdu

Como citar: LUÍS, C. C. R.; ZAGUE, J. A.; BERDU, G. P. Paraguai: Política Exterior em Dois Tempos, Lugo e Franco. *In* : THOMAZ, L. F.; MATHIAS, S. K.; OLIVEIRA, M. F. D. (org.). **Diálogos sul-americanos** : 10 anos da política exterior. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p.247-268. DOI: <https://doi.org/10.36311/2015.978-85-7983-594-0.p247-268>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

CAPÍTULO 9

PARAGUAI: POLÍTICA EXTERIOR EM DOIS TEMPOS, LUGO E FRANCO

Camila Cristina Ribeiro Luís

José Augusto Zagae

Guilherme Paul Berdu

INTRODUÇÃO

A eleição de Fernando Lugo para presidente do Paraguai em 2008 iniciou um período de modificações na dinâmica política paraguaia, encerrando um longo período de hegemonia do Partido Colorado, que havia conduzido o país por 61 anos. Eleito com bandeira da mudança frente à profunda desigualdade social no Paraguai, Lugo realizou uma campanha intensa, participou de passeatas, sendo vitorioso nas urnas pelo partido *Alianza Patriótica para el Cambio*. As principais questões abordadas em sua campanha foram a reforma agrária, a renegociação dos acordos binacionais sobre aproveitamento da energia elétrica, ou seja, Itaipu (Brasil-Paraguai) e Yacyreta (Argentina-Paraguai), e busca por maior participação nos arranjos de integração regional.

Durante seu mandato, que perdurou de 15 de agosto de 2008 a 22 de junho de 2012, três ministros estiveram à frente do Ministério de Relações Exteriores: Alejandro Hamed, entre 2008 e 2009; Hector

Lacognata, entre 2009 e 2011; e Jorge Lara Castro, entre 2011 e 2012, último ministro antes da abrupta interrupção do governo de Fernando Lugo pelo *impeachment* promovido pelo Congresso paraguaio em junho de 2012. Apesar de os três ministros possuírem desenvoltura política semelhante no ministério, a conjuntura externa proporcionou maior dinamicidade aos dois últimos.

Após a destituição de Fernando Lugo, em um processo de *impeachment* conduzido de forma sumária – foram menos de 24 horas entre a denúncia e a destituição do Presidente – pelo Congresso paraguaio, gerando a suspensão do Paraguai do Mercado Comum do Sul (Mercosul) e da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), assumiu o poder o vice-presidente Frederico Franco, que modificou os rumos da Política Externa do Paraguai. Durante o governo Franco, oriundo do Partido Liberal, parte da aliança que elegeu Lugo em 2008, o Paraguai se aproximou dos países sul-americanos com governos de centro-direita, como a Colômbia e o Chile. O país procurou ainda estreitar suas relações com a Europa e os Estados Unidos, em contraponto a suspensão dos organismos regionais sul-americanos. No mandato de Franco, que perdurou de 22 de junho de 2012 a 13 de agosto de 2013, a Política Externa do Paraguai foi conduzida pelo chanceler José Félix Fernández Estigarribia, ex-parlamentar do Partido Liberal.

Franco assumiu a presidência prometendo uma nova independência do Paraguai, em referência à proximidade do antigo governo com a Venezuela, grande fornecedora de petróleo ao país. A proximidade entre Lugo e o então presidente venezuelano, Hugo Chávez, serviu à retórica da oposição, no sentido de convencer parte da população paraguaia sobre o acerto na destituição do ex-presidente, e foi utilizada por Franco para mostrar que o país tornara-se livre da ingerência estrangeira. O novo governo promoveu um reordenamento da economia, com incentivos à entrada de capital externo e liberalização econômica. A promessa de maior utilização da energia de Itaipu, em grande parte destinada ao Brasil, tornou-se o ponto de atração de novos investimentos.

O objetivo deste capítulo é apresentar uma leitura de como a imprensa diária do Paraguai descreveu o processo de condução política externa do país. Mais que um texto analítico, trata-se da condensação dos Informes de Política Exterior Paraguaia, que é produto do Projeto de

Extensão Observatório de Política Exterior (OPEX).¹¹ Subsidiariamente, buscar-se-á verificar se é possível indicar a filiação ideológica dos jornais tomados como fonte. Embora seja necessária a discussão do que se entende por ideologia, os limites deste trabalho impedem sua apuração, razão pela qual se aceita a forma como cada diário se refere a si mesmo.

POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO FERNANDO LUGO

A Política Externa Paraguaia do governo Lugo, logo nos primeiros momentos, sinalizou um movimento no sentido de diversificar e ampliar as parcerias externas, em particular como reflexo inicial da crise financeira internacional. Além disso, houve um esforço em dar continuidade a questões já iniciadas no governo anterior, de Nicanor Duarte Frutos, em especial a revisão do Tratado de Itaipu e a consolidação de acordos com diversos países asiáticos. Itaipu foi, sem dúvidas, a grande bandeira da política exterior paraguaia durante o governo de Fernando Lugo, muito embora esta questão tenha sido iniciada no governo anterior. Ainda em agosto de 2007, o senador Afonso Gonzalez Nuñez, representando o Paraguai no Parlasur, qualificou como “leoninos” os tratados de Itaipu e Yacyreta, em reunião do Mercosul. Logo em seguida, parlamentares brasileiros procuraram estabelecer diálogo com o Paraguai para possíveis negociações (OPEP, 2007, Informe 01)¹².

O acordo de Itaipu, assinado na década de 1970 durante o regime militar brasileiro, estabelecia que a energia não consumida pelo Paraguai seria vendida ao Brasil a preços inferiores ao praticado no mercado, sendo que o país vizinho consome apenas 5% de toda energia produzida na hidrelétrica. Após assinatura dos acordos, não houve, em nenhum momento,

¹¹ As fontes deste texto foram os Informes de Política Exterior Paraguaia, que é parte do Projeto “Observatório de Política Exterior”, tendo por base os diários paraguaios: *Abc Color*; *Diario de la Nación*; *Información Publica Paraguay*. As afirmações contidas neste trabalho é de responsabilidade de seus autores.

¹² Os Informes semanais de Política Exterior do Paraguai foram produzidos, entre 2007 e 2008, por uma equipe autóctone ligada à Universidade Central de Asunción, tendo passado por um interregno de cerca de dois anos para voltar a ser feito pela equipe brasileira. Atualmente, ele é produzido na Universidade Federal de Sergipe pela seguinte equipe: Profª. Dra. Érica C. A. Winand, Dr. Israel R. Barnabé (coordenadores), Cristiano Armando Diniz Guerra Silvestre (bolsista PIBIC, graduando em Relações Internacionais), Érica Tatiane Brandão Mota Cardeal (graduanda em Relações Internacionais), Elliete Martín (graduanda ciência política), Flora Carvalho de Oliveira e Freitas Fonseca (bolsista PIBIC, graduanda em Relações Internacionais), Hugo Gabriel de Souza Leão (graduando em Relações Internacionais), Joana Maria Barreto Andrade (bolsista PIBIC, graduanda em Relações Internacionais), Jorge Matheus Oliveira Rodrigues (bolsista PIBIC, graduando em Relações Internacionais), Luiz Guilherme Prenazzi de Pádua (graduando em Ecologia), Ronaldo de Oliveira Santos Jhunior (bolsista PIBIC, graduando em Relações Internacionais).

revisão das tarifas e valores da energia excedente paraguaia repassada ao sócio brasileiro. De acordo com o anexo C, número III.8, do Tratado de Itaipu, foi inicialmente estabelecido o fator de 5,1 para calcular a compensação ao Paraguai da energia repassada ao Brasil.

Entre 2008 e 2009, Paraguai e Brasil negociaram a revisão desse índice, facilitado pela aproximação político-ideológica de seus governantes, Fernando Lugo e Lula da Silva, respectivamente. O processo de revisão encontrou grande resistência por parte da elite política brasileira, em sua maioria contrária à revisão do acordo, tornando o processo ainda mais moroso. Em setembro de 2008, ambos os países chegaram a um projeto de revisão do anexo C do Tratado, conhecido como Notas Reversais, que modificaria o índice de multiplicação da compensação da energia repassada ao Brasil de 5,1 para 15,3. O projeto das Notas Reversais foi aprovado pela Comissão de Minas e Energia na Câmara dos Deputados e pelo Senado paraguaio em setembro de 2009, mas apenas aprovado no Brasil no dia 11 de maio de 2011, prevendo uma compensação anual de USD\$240 milhões ao Paraguai (OPEP, 2011, Informe 25). Assim, embora gestado ao longo do governo Lula, foi ratificado apenas pela presidente Dilma Rousseff.

A revisão do Acordo de Itaipu foi o maior marco da Política Externa Paraguaia durante a gestão de Fernando Lugo, favorecida pelo contexto político favorável na América do Sul e facilitada pelos processos de integração regional promovidos e estimulados pelo Brasil. Por outro lado, a equipe de Fernando Lugo demonstrou habilidade em aproveitar o potencial paraguaio em produção de energia, recurso essencial para desenvolvimento econômico em um momento incerto da economia internacional, para negociar acordos mais favoráveis aos interesses do país. Ainda assim, o governo Lugo não conseguiu resolver o impasse com a Argentina no que concerne aos acordos e tarifas referentes à energia produzida pela também binacional Yacyretá.

No âmbito da América do Sul, a Política Externa paraguaia promovida por Fernando Lugo teve como principal característica promover mudanças nas estruturas de políticas vigentes, de modo a influenciar os processos de integração em benefício de países com menos expressão política, como o Paraguai. Assim, ao assumir a presidência da UNASUL, bloco do qual o Paraguai tornou-se oficialmente membro em 2011, Fernando Lugo, durante

a V Reunião de Chefes de Estado e de Governo, em Assunção, comprometeu-se a estimular a integração regional e estabelecer um plano estratégico de ações sociais prioritárias na UNASUL, com o objetivo de diminuir as desigualdades na região. Além disso, o presidente paraguaio defendeu a livre transmissão de energia e a facilitação do comércio, em razão das constantes dificuldades em relação às restrições impostas pela Argentina, em especial em âmbito do Mercosul (OPEP, 2011, Informe 49).

Os entraves no Mercosul renderem várias críticas do governo de Lugo ao bloco ao longo de toda sua administração. Por outro lado, o Paraguai aumentou sua participação nos debates sobre os processos de integração regional, de forma a buscar maior influência em sua condução. Houve maior dinamicidade participativa por parte do Paraguai, imposta especialmente pelos ministros Hector Lacognata e Jorge Lara Castro que, além disso, recorreram a parcerias com países menores para equilibrar a influência dos grandes países, ou seja, Brasil e Argentina.

Diversas pendências do processo de integração do cone sul-americano afetavam o desenvolvimento do comércio exterior paraguaio, devido à dificuldade imposta pela necessidade de negociação em bloco. Contudo, as maiores dificuldades que afetaram não somente o Paraguai, mais também outros membros do bloco sul-americano foi a política de protecionismo da Argentina. Em 2009, o então ministro paraguaio Héctor Lacognata afirmou que a integração não avançava por falta de vontade política dos grandes países, ou seja, Argentina e Brasil. Afirmou ainda que o Mercosul estava estagnado e o Paraguai necessitava buscar novos mercados. Lembrou também que o Paraguai possui um encargo 44% no transporte em relação aos demais sócios do Mercosul, uma vez que não possui saída ao mar (OPEP, 2009, Informe 18).

Para o Paraguai, as questões impostas nas negociações no âmbito do Mercosul são ainda mais complexas devido à sua condição geográfica de país mediterrâneo, dependendo constantemente dos países vizinhos para promoção de seu comércio exterior. Neste sentido, a administração de Lugo, representada pelos seus ministros, adotou ações políticas drásticas com o objetivo de forçar a negociação por parte dos sócios, em especial a Argentina. Um exemplo, foi a decisão do presidente Fernando Lugo de não participar da Cúpula do Mercosul, em dezembro de 2010, como me-

dida de pressão, caso o problema da retenção de contêineres paraguaios nos portos argentinos de Buenos Aires e Zárate não fossem resolvidos nem prazo estipulado. Tal retenção ocorreu devido ao bloqueio feito por sindicalistas portuários e marítimos argentinos (OPEP, 2010, Informe 07).

Em resposta às restrições argentinas ao ingresso de produtos paraguaios em seu território, especialmente de gêneros alimentícios, autoridades do Paraguai declararam intenções de tomar medidas similares. Diante desta contenda, industriais paraguaios acusaram a Argentina de, em razão de suas medidas unilaterais e protecionistas, converter o Mercosul em um tratado de fachada. Desta maneira, o Paraguai aventou a possibilidade de frear o ingresso maciço de produtos primários vindos da Argentina que afetam a produção paraguaia. Após a pressão paraguaia de inclusive recorrer a organismos internacionais, os representantes dos países conseguiram romper o bloqueio, o que fez com que o Paraguai, então, anunciasse sua participação na reunião do Mercosul de dezembro de 2010 (OPEP, 2010, Informes 08 e 09).

As restrições e entraves no comércio interno do Mercosul foi tema do discurso do ministro Jorge Lara Castro durante o seminário intitulado “20 anos de MERCOSUL”, em 2011. Na ocasião, Lara Castro, afirmou que quando o Tratado de Assunção foi assinado, iniciou-se um amplo e ambicioso processo de integração baseado na vontade política dos países membros. Segundo o chanceler, em pouco tempo o Mercosul mostrou sinais de debilidade devido a fatores internos e externos. Castro declarou que, pelo fato do Mercosul não ter atingido muitos de seus objetivos iniciais, o Paraguai defende a posição de que os países do bloco retirem barreiras e entraves comerciais que dificultem o progresso para um mercado comum. O ministro afirmou que, apesar desses problemas, o Mercosul avançou significativamente no âmbito comercial e social. Castro apontou que em suas últimas reuniões, o Mercosul apresentou avanços para sua consolidação e destacou a importância do bloco propiciar a integração energética (OPEP, 2011, Informe 18).

Apesar desses avanços, as dificuldades com as restrições impostas pelo governo argentino permaneceram, rendendo mais críticas do governo paraguaio, inclusive no Parlasur. Em fevereiro de 2012, o titular da delegação paraguaia no Parlasur, Alfonso González Núñez, acusou a presidente argentina, Cristina Fernández de Kirchner, de violar as normas do

Mercosul. Em março, a delegação paraguaia apresentou um protesto formal à Organização Mundial do Comércio (OMC) contra as barreiras comerciais argentinas impostas ao Paraguai (OPEP, 2012, Informes 56 e 60).

Por outro lado, desde os primeiros anos do governo Lugo, houve um constante esforço em diversificar as parcerias externas, de forma a equilibrar a influência que os grandes mercados do Mercosul, Argentina e Brasil, e outros regionais, como os Estados Unidos, possuem sobre o Paraguai. No plano regional o Paraguai buscou fortalecer acordos com outros países de menor peso na região, como Bolívia, Uruguai e Equador sem, contudo, estabelecer alinhamento ideológico com os governos desses países. Apesar de desenvolver uma administração mais social e demonstrar simpatia com os governos mais revolucionários latino-americanos, Lugo em nenhum momento demonstrou interesse em integrar a ALBA (Aliança Bolivariana para as Américas), projeto de integração promovido pelo ex-presidente venezuelano, Hugo Chávez, em contraposição a proposta norte-americana da ALCA (Área de Livre Comercio das Américas).

Esta estratégia visava não apenas a diminuir a influência de grandes países da região sobre o Paraguai, mas também promover linhas de fomento para projetos sociais internos de desenvolvimento social, principal meta do governo conduzido por Fernando Lugo. Desta forma, o governo paraguaio buscou fortalecer o projeto de integração energética desenvolvida com Bolívia e Uruguai, grupo intitulado URUPABOL. O grupo tem como objetivo melhorar a interconexão energética regional para o desenvolvimento de seus integrantes. Assim, em 2011, Paraguai e Uruguai deram início a um acordo de venda de energia elétrica ao Uruguai, por meio do território argentino (OPEP, 2011, Informe 50).

A cooperação promovida pelo grupo URUPABOL também perpassou outras questões além do desenvolvimento econômico e social, abordando temas referentes à defesa e à infraestrutura. Por iniciativa paraguaia, foi proposto um encontro em Montevidéu em outubro de 2010, com chanceleres do Uruguai e também da Bolívia para debater a realização de estudos para analisar a viabilidade da construção de um Porto de Águas Profundas de alcance regional na costa Atlântica do Uruguai, com financiamento da Iniciativa para a Integração de Infraestrutura Regional Sul-Americana (OPEP, 2010, Informe 01). Esta foi uma importante me-

didada para diminuir a dependência dos países mediterrâneos em relação aos portos argentinos e brasileiros.

Em relação à Bolívia, foi realizada em 2010, a IV Reunião do Mecanismo de Diálogo 2+2 Bolívia-Paraguai. Na ocasião, foram debatidos temas relativos à defesa, prevenção e tratamentos frente a desastres naturais e combate à criminalidade transnacional (OPEP, 2010, Informe 05). Em 2011, o governo paraguaio, por meio do Instituto Paraguaio de Tecnologia Agropecuária (IPTA) estabeleceu um convênio com Instituto Nacional de Inovação Agropecuária e Florestal (INIAF) da Bolívia para a gestão sustentável dos territórios rurais visando ao aumento da produção agropecuária (OPEP, 2011, Informe 35).

Outra importante iniciativa no marco das relações regionais foi a aproximação com o Equador com o objetivo de aprofundar a integração energética na América do Sul, por meio da expansão de suas parcerias, para além do cone sul-americano. Assim, em 2011, o presidente do Paraguai, Fernando Lugo, juntamente com o chanceler Jorge Lara Castro, e outros ministros, viajaram a Quito, com o intuito de realizarem uma visita oficial. Do encontro entre Lugo e Correa, importantes acordos bilaterais foram firmados em diversas áreas, tais como segurança e combate ao crime organizado, modernização do Estado, agricultura, pecuária, comércio e turismo. Contudo, o principal acordo celebrado foi o fornecimento de apoio técnico pelo Paraguai para construção de centrais hidrelétricas no Equador (OPEP, 2011, Informes 21 e 22).

A questão energética foi central durante a gestão de Fernando Lugo, que procurou aproveitar a experiência paraguaia para promoção de novas parcerias de modo a inserir o Paraguai para além dos limites do cone sul-americano. As diversas possibilidades de aproveitamento do potencial hidrelétrico também foi evocada para aumentar a participação do Paraguai no Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM). Em 2012, por exemplo, o Mercosul aprovou uma licitação pública internacional para a implementação de uma linha de transmissão de 500 kW gerada na Hidroelétrica Itaipu Binacional. Esta linha de transmissão faz parte de um acordo presidencial firmado em 25 de julho de 2009 entre Brasil e Paraguai e será financiada com recursos do Fundo para Convergência Estrutural do Mercosul (OPEP, 2011, Informe 50).

Além de elaborar outras estratégias de integração regional, Lugo também buscou estabelecer novas parcerias, especialmente com países do sudeste asiático, tais como Vietnã, Coreia do Sul, Tailândia, Taiwan, Índia, China e Japão. Durante seu mandato, Fernando Lugo realizou duas viagens à Ásia com o propósito de promover o Paraguai, explorar novos mercados para produtos nacionais e atrair novos investimentos para o país. Além disso, tais visitas tiveram como objetivo aprender como estes países que convivem com extrema pobreza conseguiram se despontar como potências econômicas nas últimas décadas.

Assim, alguns acordos foram celebrados entre Paraguai e países asiáticos, dentre os quais se destacam: acordo de cooperação em infraestrutura com a Coreia do Sul, para a construção de ferrovias ao sul do Paraguai (OPEP, 2010, Informe 07); acordo de cooperação alimentar com o Japão, que prevê um financiamento não-reembolsável para o Projeto de Segurança Alimentar para Agricultores com Escassos Recursos (OPEP, 2011, Informe 31); criação da Câmara do Comércio, Indústria e Cultura Paraguaio-Vietnamita, instituição que visa a promover um constante fluxo de missões empresariais, impulsionando investimentos entre as duas nações (OPEP, 2011, Informe 40); e visitas de conhecimento das indústrias alimentícias da Tailândia. Lugo também procurou celebrar parcerias com a Índia e, para tanto, presidiu um encontro com os representantes da Federação de Câmaras de Comércio da Índia (FICCI) em maio de 2013 (OPEP, 2012, Informe 68).

Além da promoção do Paraguai por meio de visitas presidenciais, o país foi sede de importantes encontros internacionais, que serviram ao objetivo de aumentar a visibilidade externa do país nos marcos de inserção internacional. Em outubro de 2012 o Paraguai recebeu a XXI Cúpula Iberoamericana de Chefes de Estado e Governo, em Assunção, fórum que reúne tanto países latino-americanos como também Andorra, Espanha e Portugal, para debaterem uma agenda em comum e selarem tratados de cooperação. Em seu discurso de abertura, o presidente paraguaio, criticou o modelo econômico neoliberal e a falta de solidariedade do Brasil para com os países vizinhos (OPEP, 2011, Informe 49).

A Política Externa paraguaia desenvolvida durante a administração de Lugo também procurou ampliar presença do país nos fóruns de diálogo da América e estreitar vínculos de cooperação com países latino-

-americanos. Na administração de Lugo, houve um movimento de reproximação com Cuba, por meio de forte posição de apoio ao país caribenhinho para sua reintegração ao sistema americano. Para isso, em novembro de 2011, o Paraguai realizou o X Congresso de Solidariedade com Cuba, que contou com a presença do embaixador cubano no Paraguai, Bernardo Guanche Hernández (OPEP, 2011, Informe 49).

Em abril do ano seguinte, na Colômbia, ocorreu a VI Cúpula das Américas, que reúne os trinta e quatro países do continente americano, cujo tema foi *Conectando as Américas: Sócios para a Prosperidade*. O fórum possuiu cinco eixos deliberativos, a saber, pobreza e desigualdade, gestão e redução de risco de desastres, acesso e utilização de tecnologias, segurança cidadã e delinquência organizada transnacional, e integração física regional. A participação do Paraguai no evento foi marcada pelo forte posicionamento contra o isolamento cubano, situação condenada pelo ministro Jorge Lara Castro em seu discurso. O presidente Fernando Lugo endossou o discurso de seu ministro, e declarou que considera inaceitável a ausência de Cuba na VI Cúpula das Américas e criticou os bloqueios impostos à ilha pelos EUA, por violar a soberania cubana (OPEP, 2012, Informe 63).

A Política Externa paraguaia, promovida pelo presidente Fernando Lugo, nas palavras de seu ministro, Jorge Lara Castro, foi ativa e teve como principal objetivo estabelecer vínculos com outros países, permitindo maior integração do Paraguai em âmbito internacional (OPEP, 2011, Informe 49). Ademais, o ativismo da política externa paraguaia demonstrou que Fernando Lugo procurou, por meio de recursos discursivos e parcerias estratégicas, promover mudanças na estrutura do sistema político regional, ou mesmo internacional, de modo a torná-lo mais igualitário em relação aos países mais carentes de recursos de poder.

Neste sentido, a política externa paraguaia serviu como instrumento de desenvolvimento do país e também como precursora de mudanças sociais no Paraguai, um dos países com maiores índices de desigualdades o mundo. Tais características de condução da política externa por Lugo resultou em saldos positivos para o Paraguai, como demonstrado pela revisão do Tratado de Itaipu em relação ao Brasil, além de ampliar as parcerias externas com Ásia, Europa, Estados Unidos e países menores na América Latina, independente da orientação ideológica de seus governos.

Por outro lado, a Política Externa paraguaia mostrou fragilidade de negociações em relação à Argentina, cuja dependência para realização de comércio exterior é grande devido à necessidade do Paraguai em utilizar os portos do país vizinho. A condição geográfica, portanto, limitou em grande medida as estratégias de negociação do Paraguai. Para tanto, Lugo poderia ter explorado mais as parcerias com Brasil para exportação nos portos dos estados do sul brasileiro. Ademais, o ativismo da política externa não foi acompanhado de significativas mudanças internas, e as convulsões sociais retornaram com violência no governo de Fernando Lugo, culminando no confronto entre camponeses sem terra e forças policiais na localidade de Curuguaty, pertencente ao empresário Blas Riquelme, no noroeste no país, que resultaria no *impeachment* de Lugo em junho de 2012.

Semanas antes do impedimento do Presidente, no Rio de Janeiro, o chanceler do Paraguai, Jorge Lara Castro, representou o país durante a sessão de abertura da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20). Em seu pronunciamento, Lara Castro defendeu o desenvolvimento sustentável com base nos pilares ambiental, social e econômico. Ademais, o chanceler defendeu maior justiça social para os países em desenvolvimento através da transferência de tecnologia e recursos financeiros por parte das nações desenvolvidas como meio para lutar contra a pobreza (OPEP, 2012, Informe 71). A participação na Rio+20 foi a última grande manifestação do forte ativismo para mudança da Política Externa de Fernando Lugo.

A POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO FREDERICO FRANCO

Frederico Franco tomou posse na Presidência do Paraguai, em meio a tensões, derivadas do *impeachment* do presidente Fernando Lugo. Os regimes ditatoriais que vigoraram na América do Sul entre as décadas de 1960 e 1980, deixaram profundas marcas na vida política regional e a crise paraguaia, resultando no afastamento de Lugo em um rito sumário, fez lembrar às diversas chancelarias da região o período de exceção, no qual os parlamentos se dobraram ante a força das botas.

Ainda antes do anúncio definitivo por parte do Congresso paraguaio, confirmando o afastamento de Lugo, a capital, Assunção, foi palco

de negociações que envolveram chanceleres e representantes dos membros da Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (Celac), da Associação Latino-americana de Integração (Aladi), e em especial, do Mercosul e da Unasul. Contudo, com a destituição de Lugo, o Paraguai acabou afastado das deliberações dos principais organismos regionais.

A deposição de Fernando Lugo não foi bem vista pela maior parte dos atores da comunidade regional. Prontamente, ministros dos países membros da Unasul mostraram-se contrários à destituição e, uma vez não reconhecida a posse do então vice-presidente, Federico Franco, o país foi suspenso do Mercosul, do Projeto de Cooperação da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (Procoopsur), da Unasul e de suas respectivas agendas.

A suspensão do país nos blocos seria mantida até novas eleições serem realizadas em abril de 2013. Os países da Unasul, liderados pelo Equador, buscaram também a suspensão do Paraguai da Comunidade de Estados Latino-americanos (Celac), assim como Equador e Peru solicitaram a interrupção temporária do país também na Associação Latino-americana de Integração (Aladi). Uma vez não reconhecida a legitimidade do governo Franco, iniciou-se uma crise diplomática com os países do entorno, em especial, com Argentina, Brasil, Uruguai e Venezuela.

O afastamento em relação à comunidade regional devido à suspensão do Paraguai dos diversos organismos de integração também ocorreu pela postura adotada pelo governo Franco, que estabeleceu como prioridade a solução das questões internas com vistas a evitar o que ele considerava uma guerra civil em detrimento da reconstrução das alianças externas (OPEP, 2012, Informe 72). As reações paraguaias ocorreram por meio da solicitação de medidas de urgência ao Tribunal Permanente de Revisão do Mercosul, que negou os recursos (OPEP, 2012, Informe 76), e pela busca do apoio de países considerados por Franco como neutros para recompor as parcerias paraguaias e encerrar o que o então ministro de Relações Exteriores, José Félix Fernández Estigarribia, classificou como perseguição (OPEP, 2012, Informe 78).

A política externa do governo Franco pode ser dividida entre os eixos vertical e horizontal (PECEQUILLO, 2008): o primeiro é caracteri-

zado pelas relações com os Estados Unidos da América (EUA), Europa, e organismos como a Organização dos Estados Americanos (OEA) e União Europeia (UE); o eixo horizontal envolve a América do Sul, abordada também de maneira bilateral, e multilateral, precipuamente através do Mercosul e da Unasul. Cada uma das suas frentes apresentou características, agendas e posicionamentos particulares com vistas a ressaltar a soberania paraguaia.

Em sua primeira frente, a América do Sul – quiçá excluindo Colômbia e Chile – os políticos responsáveis pela formulação da política exterior e seus porta-vozes, em especial o ministro de Relações Exteriores, José Estigarribia, e o presidente, Federico Franco, adotaram um discurso de que o Paraguai estava sendo vítima das sanções políticas impostas ao país, sem que houvesse a possibilidade de defesa (OPEP, 2012, Informes 86 e 87), tanto em âmbito bilateral, com atenção especial à Argentina, Brasil, Venezuela e Uruguai, como multilateral, quando inserido no Mercosul e na Unasul.

A posição paraguaia em relação à Argentina pode ser caracterizada como de contradição. Os pontos que merecem destaque são a condenação do posicionamento argentino, assim como do Brasil e do Uruguai, quanto à suspensão do país do Mercosul (OPEP, 2012, Informe 74), da incorporação da Venezuela ao bloco e do posicionamento complacente quanto à postergação do parecer sobre a sucessão de Hugo Chávez, também na Venezuela (OPEP, 2013, Informe 101). No âmbito comercial, o Paraguai enrijeceu as cobranças à Argentina pela quitação de dívidas referentes ao fornecimento de parte da energia paraguaia produzida pela binacional de Yacyretá (OPEP, 2013, Informe 98). Multilateralmente, na ONU, em outubro de 2012, Franco destacou que o voto para eleger a Argentina para membro não permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) foi compulsório e em respeito ao compromisso firmado anteriormente pelo país (OPEP, 2012, Informe 89).

Em relação ao Brasil, o Paraguai focou em mudanças no regime da usina hidrelétrica binacional de Itaipu. Dados de 2008, apontam que o Paraguai utilizava cerca de 5% da energia produzida pela hidrelétrica, suficiente para suprir 95% da demanda energética do país, sendo o excedente vendido ao Brasil.¹³ Neste contexto, Franco afirmou esperar que o Brasil

¹³ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u394316.shtml>>. Acesso em: 20 nov. 2013.

pague mais pela energia comprada, uma vez que pretende utilizar uma parte maior deste excedente (OPEP, 2012, Informe 78). Estigarribia afirmou que o aumento não apresentava nenhuma relação com a suspensão paraguaia dos órgãos sul-americanos (OPEP, 2012, Informe 79).

Após a afirmação do ministro de Relações Exteriores brasileiro da época, Antonio Patriota, em outubro de 2012, de que o país poderia retornar ao Mercosul antes das eleições presidenciais (OPEP, 2012, Informe 87), o ministro do Interior do Paraguai, Carmello Caballero, com a organização do Tribunal Superior de Justiça Eleitoral paraguaio (TSJE), reuniu-se com representantes de Argentina, Brasil e Uruguai com o objetivo de discutir a presença de observadores da Unasul durante as eleições (OPEP, 2012, Informe 89), mudando a posição inicial de que o Paraguai não assumiria tal compromisso, conforme havia afirmado Estigarribia (OPEP, 2012, Informe 85). Porém, o discurso do ministro Patriota de que a reintegração paraguaia ocorreria apenas com novas eleições, durante a VI Cúpula de Chefes de Estado da Unasul, também fez Estigarribia retomar o discurso de que as sanções impostas ao Paraguai seriam inaceitáveis e constituiriam um desrespeito à soberania paraguaia (OPEP, 2012, Informe 85).

Por outro lado, o Uruguai adotou uma postura de diálogo em relação ao caso paraguaio, que não foi respaldado pelo governo de Franco. Ao afirmar que defenderia os interesses paraguaios nos órgãos multilaterais regionais, obteve como resposta que o Paraguai não necessita da defesa de outros atores, e que tal atitude devia-se ao estreitamento das relações paraguaias com a União Europeia (UE) e da pressão da mesma sobre os demais países do Mercosul (OPEP, 2013, Informe 98).

A relação de maior desgaste e tensão, contudo, foi com a Venezuela. A Venezuela tinha como única objeção à sua entrada no bloco o posicionamento contrário do Paraguai, e assim ficava impossibilitada de ser incorporada, uma vez que o organismo exige consenso para a entrada de novos membros. A suspensão do país do bloco fez com que a iniciativa de inclusão do Estado bolivariano fosse retomada e concluída. A entrada do país no Mercosul após a suspensão do Paraguai provocou uma onda de pedidos paraguaios de ilegalidade, ilegitimidade e perseguição tanto pela suspensão como pela incorporação venezuelana.

No final de agosto de 2012, Estigarribia declarou que o país não ratificaria o Protocolo de Adesão da Venezuela ao Mercosul (OPEP, 2012, Informe 82). O próximo passo do governo paraguaio foi a expulsão da representação diplomática venezuelana, a qual o então presidente da Venezuela, Hugo Chávez, adotou a política de reciprocidade e confirmou também a expulsão da representação paraguaia (OPEP, 2012, Informe 88). Em seguida, o governo paraguaio suspendeu o Acordo de Abolição de Vistos com a Venezuela (OPEP, 2012, Informe 89).

A sucessão, na Venezuela, de Chávez pelo vice-presidente, Nicolás Maduro, também foi um tema que causou atrito entre os dois países e conseqüentemente para a região. Além de questionar o processo da transição de governo venezuelano, o Paraguai também repudiou a inação dos demais países da região quanto ao tema. Em março de 2013, Franco questionou a legitimidade de Maduro e nomeou-o *persona non grata* no Paraguai (OPEP, 2013, Informe 104).

Com a proximidade das eleições presidenciais, Franco engrossou o discurso ao afirmar que entregaria aos membros do Mercosul, documentos que comprovavam o apoio do ex-presidente venezuelano, Hugo Chávez, a um grupo armado que opera no Paraguai (OPEP, 2013, Informe 108). Ao reiterar a ilegalidade da incorporação da Venezuela, Franco afirmou que esta deveria estar condicionada à decisão do próximo governo paraguaio (OPEP, 2013, Informe 110).

Em setembro, com a proximidade da Assembleia Geral da ONU, Estigarribia declarou que o governo paraguaio buscava estreitar conversas com os países do Mercosul, utilizando do ambiente multilateral para retomar a aproximação com o Cone Sul (OPEP, 2012, Informe 83). Porém, dois dias após tal declaração, o chanceler retomou o discurso de rejeição ao bloco e anunciou que o governo dispensava os recursos econômicos fornecidos pelo Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (Focem), alegando que os mesmos poderiam conceber uma chantagem ao país para ratificar o Protocolo de Adesão da Venezuela, e que estes haviam sido aprovados sem o voto paraguaio e, portanto, não possuíam validade (OPEP, 2012, Informe 84).

Durante a 67ª Assembleia Geral da ONU, em 17 de setembro de 2012, Franco afirmou que os culpados pela dificuldade do Paraguai em

reintegrar-se à política internacional seriam os integrantes do Mercosul e da Unasul, que adotaram sanções políticas e negaram o direito de defesa do país. Ainda sobre o bloco, o mandatário afirmou que este deveria ser repensado para reconstruir o processo de integração regional. O mandatário reiterou o caráter legal da deposição de Lugo e definiu a situação do país como pacífica (OPEP, 2012, Informe 81).

Como alternativas financeiras e busca por respaldo no cenário internacional, o ministro de Indústria e Comércio do Paraguai, Francisco Rivas, esteve na Alemanha e na Hungria para abordar a situação do país no Mercosul, enquanto o ministro da Fazenda, Manuel Ferreira, encontrou-se com a diretora do Fundo Monetário Internacional (FMI), Christine Lagarde, e destacou o interesse do país em continuar com a assessoria da instituição (OPEP, 2012, Informe 81).

As reações da Unasul e a política adotada por Franco em relação ao bloco não foram diferentes das posturas frente ao Mercosul. No dia 14 de agosto, a Unasul ratificou a suspensão temporária do Paraguai no bloco (OPEP, 2012, Informe 79). Ao contrário da postura frente à OEA, Estigarribia afirmou que aceitaria receber a missão de observação eleitoral da Unasul, mas para isso exigiu seu direito de defesa frente às acusações. O ministro reiterou seu posicionamento e pediu o retorno das representações diplomáticas ao país, assim como a aceitação dos embaixadores paraguaios. Em resposta, o presidente do Grupo de Alto Nível da Unasul, Salomón Lerner, indicou a criação de uma comissão para acompanhar e assessorar o processo eleitoral paraguaio (OPEP, 2012, Informe 90).

Mais uma vez, em posição contrária da adotada frente à OEA e à UE, Franco afirmou que não convidaria a Unasul para acompanhar as eleições (OPEP, 2012, Informe 91). Em fevereiro de 2013, a chancelaria paraguaia negou a concessão de imunidade diplomática aos observadores da Unasul, mas garantiu assegurar sua segurança enquanto estivessem no país (OPEP, 2013, Informe 101).

As exceções existentes nas relações do Paraguai com os países da América do Sul são os casos do Chile e da Colômbia. Sem episódios de grande destaque na política internacional, o Paraguai manteve o diálogo com o Chile que, segundo Estigarribia, retornou seu embaixador ao Paraguai em

novembro. No mesmo sentido, em maio de 2013, na VII Cúpula da Aliança do Pacífico, em Cali, Colômbia, o Paraguai foi aprovado como membro observador da organização ali reunida (OPEP, 2013, Informe 115).

Com mais disposição e afinco, o Paraguai manteve relações e apoiou a agenda de política externa colombiana. Franco manifestou apoio ao presidente Juan Manuel Santos quanto à busca da paz com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC). Ainda em setembro de 2012, uma comitiva de senadores paraguaios reuniu-se com a ministra de relações exteriores da Colômbia, María Ángela Holguín, e tratou das possibilidades de continuidade das relações bilaterais, que incluíam o retorno do embaixador colombiano ao Paraguai, Alberto Barrantes (OPEP, 2012, Informe 83).

Uma vez à margem das relações regionais, o Paraguai buscou, como fonte de legitimação do impedimento de Lugo, retomar relações exteriores alternativas ao Mercosul e à Unasul nas tratativas com os Estados Unidos, Organização dos Estados Americanos (OEA), União Europeia e seus Estados membros, com os quais pareceu adotar uma orientação externa distinta das relações Sul-Sul, com propostas de estímulo à integração e ao diálogo.

O afastamento de seus vizinhos e a relativa aproximação com os Estados Unidos, em especial com a OEA, é ratificado pelo voto paraguaio no dia 6 de junho, durante Assembleia Geral do órgão, em Antígua, na Guatemala, na qual o país votou nos candidatos da Colômbia, Rodrigo Escobar Gil, dos EUA, James Cavallaro, e do México, José de Jesús Orozco, para integrar a Comissão Interamericana dos Direitos Humanos (CIDH), vencedores da votação, em detrimento dos candidatos de Brasil, Equador e Peru (OPEP, 2013, Informe 117). Ademais, a OEA, através de seu Conselho Permanente, enviou ao Paraguai uma missão especial para avaliar a situação política no país, medida adotada também pelo Parlamento Europeu e pelo Parlamento do Mercosul.

Neste sentido, no dia 18 de setembro, o Conselho Permanente da OEA dispensou Caballero do órgão atendendo ao pedido dos países da ALBA (OPEP, 2012, Informe 84). Por outro lado, as negociações referentes ao sufrágio de abril continuaram. Em outubro, o TSJE paraguaio acordou com a OEA o fornecimento de suporte técnico na informatização dos resultados eleitorais preliminares, bem como auxílio técnico-financeiro

para a implementação de um novo sistema informatizado (OPEP, 2012, Informe 89). Até as eleições, em abril de 2013, o país manteve reuniões com representantes do órgão para os preparativos da missão de acompanhamento eleitoral, envolvendo cooperação, planejamento, concessões de imunidade diplomática e coordenação para o governo a ser eleito em 2013.

No final de seu mandato, durante assembleia do órgão, Franco defendeu a vigência democrática no Paraguai, agradeceu aos países que apoiaram o governo durante a fase de transição (OPEP, 2013, Informe 108), afirmou que o retorno do país ao Mercosul seria uma prioridade e solicitou apoio dos observadores da OEA para pressionar pelo reingresso do país no órgão (OPEP, 2013, Informe 110). Ainda no âmbito da OEA, o vice-ministro de Relações Exteriores, Antonio Rivas Palacios, defendeu o fortalecimento do Sistema Interamericano de Direitos Humanos (SIDH) e solicitou à Bolívia, Equador, Nicarágua e Venezuela que revissem suas posições e aceitassem a jurisdição do sistema (OPEP, 2013, Informe 106), mesmo tendo expressado posteriormente reservas à Declaração de Cochabamba, que versava sobre direitos humanos na OEA, e ter defendido reformas na Comissão Internacional de Direitos Humanos (CIDH), em maio de 2013 (OPEP, 2013, Informe 113).

O alinhamento com o organismo resultou na presidência do Conselho Permanente por parte do Paraguai, em que o embaixador Martín Sannemann reiterou o compromisso do país com os princípios e os propósitos da organização. Na mesma direção, Estigarribia reuniu-se com o secretário-geral, José Miguel Insulza, ocasião na qual o chanceler afirmou que a OEA apoiava as ações da política externa paraguaia, assim como o ingresso do país na Aliança do Pacífico (OPEP, 2013, Informe 123).

A busca pela retomada das relações externas paraguaias também evoluiu a UE. O órgão europeu enviou em novembro uma missão para tratar das eleições paraguaias em 2013 (OPEP, 2012, Informe 92). No mesmo mês, o representante da UE, Claude Robert Ellner, solicitou o retorno do Paraguai ao Mercosul, e afirmou que para a Alemanha o país continua sendo um membro pleno do bloco e, portanto, a UE não manteria relações com o Mercosul até a sua reincorporação (OPEP, 2013, Informe 102). O Paraguai ainda buscou parcerias bilaterais com Alemanha e Hungria, assim como apoio político destes Estados (OPEP, 2012, Informe 84). É possível

afirmar que a relação com a Alemanha rendeu resultados positivos. Como principal líder na UE, a Alemanha pressionou pelo retorno do país aos órgãos regionais, enviou missões de acompanhamento das eleições e estabeleceu acordos de cooperação técnica e de combate ao narcotráfico com o país guarani (OPEP, 2013, Informe 104).

Nota-se, assim, a exclusão do país do âmbito regional e a adaptação da política externa paraguaia, deslocando-se do eixo horizontal para o vertical com o objetivo de afirmar a soberania nacional e legitimar o impedimento de Lugo, negociando no plano internacional, recorrendo à OEA, à UE, e às relações bilaterais. A mudança do foco da política externa paraguaia visou a constituir um mecanismo de pressão tanto por meio de países como a Alemanha, como pela União Europeia e a OEA, ou seja mecanismos unilaterais e mecanismos multilaterais. Chile e Colômbia constituem os dois países da América do Sul com os quais o Paraguai cultivou relações políticas com o intuito de adentrar em iniciativas alternativas, como a Aliança do Pacífico, aos órgãos dos quais o país fora suspenso. Assim, Mercosul e Unasul passaram a ser círculos de tensão da política internacional paraguaia.

A realização de eleições presidenciais, em 21 de abril de 2013, não significou o retorno do país aos blocos regionais. De acordo com Estigarribia, o Paraguai não foi convidado a participar da cúpula do Mercosul em junho de 2013, no Uruguai, e exigiu o retorno ao bloco para posterior discussão sobre a entrada da Venezuela (OPEP, 2013, Informe 115). O chanceler paraguaio reiterou diversas vezes a mudança nos critérios sobre a suspensão paraguaia do Mercosul (OPEP, 2013, Informe 114).

Neste contexto, Franco adotou novamente uma política de rejeição em relação ao Mercosul e à Unasul. O mandatário afirmou que o Paraguai não participaria da cúpula do Mercosul, no Uruguai (OPEP, 2013, Informe 118). Às vésperas da cúpula, Franco e o presidente paraguaio eleito, Horácio Cartes, mostraram-se contrários às declarações de Argentina, Brasil e Venezuela de que não estariam dispostos a aceitar o retorno do Paraguai ao bloco. O vice-ministro de Relações Exteriores, Manuel Cáceres, reiterou que as decisões tomadas na ausência do país deveriam ser revistas. Em resposta, no dia 15 de julho, o bloco publicou que pretende oferecer a presidência temporária ao Paraguai se este con-

cordar com as decisões tomadas durante o período de seu afastamento. Estigarribia rejeitou a proposta, afirmando que buscaria reparações no âmbito do direito internacional (OPEP, 2013, Informe 121).

As tensões com os blocos regionais refletiram-se ainda na posse do presidente eleito, Horácio Cartes. A Comissão de Transmissão da Posse Presidencial informou que convites foram enviados a todos os países com os quais o Paraguai mantém relações externas, inclusive aos Estados membros do Mercosul, com exceção da Venezuela (OPEP, 2013, Informe 123).

O presidente eleito, Horácio Cartes, afirmou ainda que faria todo o possível para que o Paraguai retorne ao Mercosul e à Unasul (OPEP, 2013, Informe 111). A Venezuela ofereceu para o retorno do Paraguai ao Mercosul a presidência do bloco, o que Cartes afirmou que deve ser tratado com cautela. No dia 15 de agosto, durante a cerimônia de posse de Cartes, o ministro das Relações Exteriores paraguaias de seu governo, Eladio Loizaga, afirmou que o governo analisará o retorno paraguaio ao bloco e que está disposto a dialogar sobre a entrada da Venezuela. Cartes reiterou a posição de Loizaga. Porém, afirmou que há questões jurídicas a serem resolvidas sobre o caso (OPEP, 2013, Informe 125). Mesmo após novas eleições e apontada disposição para negociar, o Paraguai continua suspenso do Mercosul.

Anteriormente à posse de Cartes, no dia 9 de agosto de 2013, a Unasul anunciou o fim da suspensão paraguaia do bloco, com retorno agendado para o dia 15 do mesmo mês, data a legitimidade que carregaria o novo presidente, por ter sido eleito. Após aprovação do TSJE paraguaio, no dia 19 de agosto, o presidente do tribunal, Alberto Ramírez Zambonini, afirmou que Cartes aprovou o reingresso paraguaio à Unasul (OPEP, 2013, Informe 126), e entre os dias 21 e 23 de agosto, o país já retomou sua participação durante o encontro de delegados do órgão, no Peru (OPEP, 2013, Informe 127).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o governo Fernando Lugo, as políticas internas de distribuição de renda com forte presença do Estado aproximaram o Paraguai do “cinturão” da esquerda no cone sul, constituído por Brasil, Uruguai, Bolívia, Equador e pelo peronismo “progressista” de Cristina Kirchner na Argentina,

apesar dessa proximidade não interferir nas críticas pela mudança dirigidas a vários desses parceiros, em especial Argentina e Brasil. Na Política Externa, o governo de Lugo, construiu uma relação de proximidade estratégica à Venezuela de Hugo Chávez, que passou a fornecer petróleo a preço baixo ao Paraguai, ainda que não demonstrasse afinidade à integração da aliança bolivariana. Ainda assim, a influência de Chávez e da Venezuela, tornou-se mote da oposição nos eventos que convergiram no *impeachment* de Lugo.

Apesar da rápida reação dos países do Mercosul e Unasul frente a então eminente destituição de Lugo, pela aceleração do processo, não foi possível evitar o desfecho que levou ao poder um integrante do Partido Liberal. A aliança eleitoral que conduziu Lugo ao poder em 2008, foi precedida por um arranjo político em que juntou os liberais a uma coalizão de esquerda liderada pelo bispo católico, oriundo dos movimentos com inspiração na “teologia da Libertação”.

A heterodoxia de tal modelo de aliança demonstrou sua fragilidade durante o julgamento de Lugo pelo Congresso, quando o então presidente perdeu quase todos os seus aliados. O julgamento fundado em argumentos frágeis e ancorado na acusação de que Lugo não atuou de forma correta em um massacre que envolveu um grupo de camponeses e a força policial, esteve longe de comprovar a culpabilidade do presidente no episódio e serviu para expor a fragilidade das instituições políticas paraguaias.

No cenário externo, Lugo conseguiu renegociar em termos mais vantajosos o preço pago pelo Brasil pela energia da Usina Hidroelétrica Binacional de Itaipu. No entanto, a renegociação com o Brasil, bandeira de campanha eleitoral de Lugo à presidência, pouco lhe valeu durante o processo de *impeachment*, em que uma parte ínfima dos paraguaios acorreu às ruas para protestar na defesa do seu mandato.

A conjuntura político-regional desfavorável, com a substituição de Lugo por Frederico Franco, situação que algumas chancelarias sul-americanas consideraram como um “golpe branco”, o novo governo buscou diversificar as relações com foco na aproximação com países ideologicamente alinhados. Na América do Sul, a Colômbia e o Chile, após um período em que todos os países membros do Mercosul e da Unasul, cumpriram as determinações dos respectivos organismos suspendendo as relações com

o Paraguai, promoveram uma distensão, recolocando seus embaixadores e normalizando as suas relações políticas com o Paraguai. A atuação do Brasil, seguido por Venezuela e Argentina, manteve intactas as sanções políticas ao Paraguai no âmbito dos organismos regionais até a eleição do novo presidente paraguaio, Horácio Cartes, em 2013.

É possível evidenciar a mudança do enfoque da Política Externa paraguaia, deslocando-se da América do Sul em direção aos Estados Unidos e Alemanha, buscando obter legitimidade para o governo de Frederico Franco, constituindo um mecanismo de pressão no sentido de refrear ou minimizar o efeito político das sanções impostas pelos organismos sul-americanos. Como contraponto ao Mercosul, o Paraguai, de maneira convergente ao ideário baseado no livre comércio, defendido por Franco e beneficiando-se da aproximação com o Chile e a Colômbia.

REFERÊNCIAS

- OBSERVATÓRIO DE POLÍTICA EXTERIOR. *Política Exterior Paraguaya*. Asunción: Universidade Central de Asunción, GEDES, 2007. Informe 01.
- OBSERVATÓRIO DE POLÍTICA EXTERIOR. *Política Exterior Paraguaya*. Asunción: Universidade Central de Asunción, GEDES, 2009. Informe 18.
- OBSERVATÓRIO DE POLÍTICA EXTERIOR. *Política Exterior Paraguaya*. Franca: UNESP, GEDES, 2010. Informes 01, 05, 07-09.
- OBSERVATÓRIO DE POLÍTICA EXTERIOR. *Política Exterior Paraguaya*. Franca: UNESP, GEDES, 2011. Informes 18, 21-22, 25, 31, 35, 40, 49-50.
- OBSERVATÓRIO DE POLÍTICA EXTERIOR. *Política Exterior Paraguaya*. Franca: UNESP, GEDES, 2012. Informes 56, 60, 63, 71-72, 74, 76, 78-79, 81-87, 89-92.
- OBSERVATÓRIO DE POLÍTICA EXTERIOR. *Política Exterior Paraguaya*. Franca: UNESP, GEDES, 2013. Informes 98, 101-102, 104, 106, 108, 110-111, 113-115, 117-118, 121, 123, 125-127.
- PECEQUILO, Cristina Soreanu. A política externa do Brasil no século XXI: os eixos combinados de cooperação horizontal e vertical. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, DF, v. 51, n. 2, p. 136-153, dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292008000200009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 ago. 2012.